FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

Resguardadora da ordem jurídica, e, portanto, da paz social, a função jurisdicional, do mesmo modo que a função legislativa e administrativa, se disciplinam por normas de direito público. Isto porque, o Direito Penal trata do crime em seus aspectos gerais e específicos, disciplina a aplicação da pena, assim como informa sobre os elementos, o espaço e o momento de efetivação do delito.

Já o Direito Processual Penal disciplina o conjunto de procedimentos que devem ser tomados quando alguém comete um delito e é acionado penalmente. Parte daqueles Princípios de que ninguém pode ser condenado sem o devido processo legal, ampla defesa etc.

Evidentemente, o profissional contemporâneo, necessita estar permanentemente em qualificação, e em vista disso buscamos preparar os alunos a partir de conhecimentos sólidos sobre as técnicas e os fundamentos do Direito Penal e Processual Penal, sem perder de vista temas relevantes e contemporâneos, cujo domínio é de grande relevância para uma atuação profissional bem-sucedida na área processual, propiciando uma melhoria continuada de conhecimentos, de forma a contribuir para a aplicação dos pressupostos do Direito Penal.

Há que se levar em conta a necessidade da mudança de concepção do estudo do Direito Penal e Processual Penal atual e as implicações que tal enfoque acarreta em relação à justiça e sua aplicabilidade, ampliando a reflexão de conceitos e práticas fundamentais para a aplicação do Direito Penal, o que inclui o enfrentamento dos desafios presentes na aplicação dessa área do Direito. Na perspectiva democrática, orienta-se, pois, pela afirmação e garantia dos direitos e princípios ofertados e assegurados pela Constituição Federal Brasileira, com qualidade e igualdade social. Assim, os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área, bem como, os fatores externos e internos associados à aplicação do Direito Penal e Processual Penal e sua ordenação.

OBJETIVO

Promover a capacitação de bacharéis e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Penal e Processual Penal, com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área do Direito Penal, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação penal e processual penal, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos nessa área do Direito, buscando a formação, a atualização e o aperfeiçoamento de profissionais para atuação nessa área.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online ou semipresencial, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de

mediação das tecnologias em rede, com momentos presenciais e atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. Assim, todo processo metodológico estará pautado em atividades nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Código	Disciplina	Carga Horária
4984	Direito Civil	60

APRESENTAÇÃO

Conceitos e princípios básicos do direito civil. Breve histórico das relações privadas. Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro. Direitos das Pessoas e Bens. Pessoa física. Emancipação. Domicílio. Residência. Registro civil. Morte e Ausência. Pessoa jurídicas: classificação, natureza, limites. Registro civil das pessoas jurídicas. Situações jurídicas. Direitos de Personalidade. Capacidade Civil. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Boa-fé. Classificações dos bens. Negócios jurídicos: planos e interpretações. Atos ilícitos. Teoria da Invalidade. Prescrição. Decadência.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar o direito civil nas várias situações e negócios jurídicos do dia a dia.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Definir os conceitos e princípios básicos do direito civil
- Identificar situações em que haja a desconsideração da pessoa jurídica
- Entender os cenários das aquisições, modificações e perda dos direitos.
- Entender a teoria e aplicar o conceito de invalidade e nulidade nas várias situações à luz do direito civil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO CIVIL
BREVE HISTÓRICO ACERCA DAS RELAÇÕES PRIVADAS
O DIREITO CIVIL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
CONCEITOS E PRINCÍPIOS BÁSICOS DO DIREITO CIVIL

UNIDADE II – PERSONALIDADES NO DIREITO CIVIL
PESSOA NATURAL
DIREITOS DE PERSONALIDADE
PESSOAS JURÍDICAS
DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

UNIDADE III – DIREITO DA PROPRIEDADE
SITUAÇÕES JURÍDICAS
BENS JURÍDICOS
CLASSIFICAÇÕES DOS BENS
AQUISIÇÕES, MODIFICAÇÕES E PERDA DOS DIREITOS

UNIDADE IV – TRANSAÇÕES E NEGÓCIOS JURÍDICOS
NEGÓCIOS JURÍDICOS

TEORIA DAS INVALIDADES E NULIDADES
ATOS ILÍCITOS
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL, F. **Direito civil:** introdução. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DINIZ, M. H. D. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** 32ª edição. 2015. São Paulo: Saraiva.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DINIZ, M. H. **Código Civil anotado.** São Paulo, Saraiva, 2009.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro:** responsabilidade civil. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIAS, C. C de.; BRAGA NETTO, F. ROSENVALD, N. **Manual de Direito Civil.** Volume único. 4. ed. rev, ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.

GAGLIANO, P. S e PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil**, volume I: parte geral. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 1. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PERIÓDICOS

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Esquematizado**. – São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS-COSTA, J. e BRANCO, G. **Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002.

TARTUCE, F. **Direito Civil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Método, 2006.

4840	**Ética e Cidadania**	**60**

APRESENTAÇÃO

Conceituação de ética e de cidadania em seus diferentes aspectos. Implicações culturais associadas à cidadania e ética. Diferenciação entre ética e moral. Exigências individuais e sociais da cidadania. Panorama nacional e regional da realidade sobre a questão dos direitos humanos. Análise dos principais problemas relacionados à ética, cidadania e direitos humanos no campo social, político, econômico e cultural. O respeito à diferença, à questão de raça e etnia. Ética, direitos humanos e violência. Ética, política e cidadania. Dilemas do mundo político contemporâneo. Ética e sociedade globalizada. Ética e cidadania na sociedade tecnológica. Ética, cidadania e trabalho: problemas atuais da profissão (aspectos éticos, de mercado e futuro da profissão). Código de ética do profissional da área.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade exercer papel interdisciplinar na formação de todo e qualquer profissional, abordando a ética e a cidadania sobre vários aspectos na educação, nas relações interpessoais e no mundo do trabalho.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Diferenciar os conceitos de ética e moral.
- Demonstrar o conceito de ética social e sua relação com a ética política
- Distinguir e compreender como o conceito de ética tem sido utilizado na sociedade contemporânea.
- Explicar os estudos sobre diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero.
- Interpretar as questões éticas e a relação com os princípios de cidadania na sociedade tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE ÉTICA E CIDADANIA
FUNDAMENTOS DE ÉTICA E CIDADANIA
CONCEITO DE CIDADANIA
ÉTICA SOCIAL E POLÍTICA
ÉTICA E A MORAL NA CONTEMPORANEIDADE

UNIDADE II – ÉTICA PROFISSIONAL
ÉTICA NO MUNDO DO TRABALHO
PROBLEMAS ÉTICOS NAS PROFISSÕES
CÓDIGO DE ÉTICA DAS PROFISSÕES
ÉTICA EM PROFISSÕES NÃO REGULAMENTADAS

UNIDADE III – ÉTICA NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E NA EDUCAÇÃO
ÉTICA NAS RELAÇÕES HUMANAS
ÉTICA E CIDADANIA NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA
INTOLERÂNCIA, RACISMO E XENOFOBIA
ENSINO DA ÉTICA NAS INSTITUIÇÕES

UNIDADE IV – ÉTICA, REDES SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS
DIREITOS HUMANOS
AÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA
ÉTICA NAS REDES SOCIAIS
EDUCAÇÃO, ÉTICA E CIDADANIA HOJE

REFERÊNCIA BÁSICA

BRITTO, Stephanie F.; DA SILVA, Sílvia C. **Sociologia e Ética Profissional**. Editora TeleSapiens, 2020.

GUIMARÃES, Ana Lucia. **Ética e Cidadania**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MACHADO, Gabriella E. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Editora TeleSapiens, 2019.

MEDINA, Gisele F. C. **Marketing Pessoal e Gestão de Carreira**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

PIQUEIRA, Mauricio T. **Aspectos Socioantropológicos**. Editora TeleSapiens, 2020.

ZAMADEI, Tamara. **Meio Ambiente e Qualidade de Vida**. Editora TeleSapiens, 2020.

4839	Introdução à Ead	60

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL
PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD
INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

4993	Administração Pública	60

APRESENTAÇÃO

Origem e princípios da administração pública. A reforma do estado e a modernização do setor público. O trabalho na administração pública. Peculiaridades da administração pública brasileira. Os três poderes. Governança e governabilidade. As formas de administração pública. Planejamento da administração pública. Organizações sociais, agências executivas e reguladoras. Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Administração pública e a economia. Funcionalismo público e as terceirizações. Processos e tecnologias na administração pública. Modernização da máquina pública versus burocracia. Os limites da política sobre a máquina pública. Ética na administração pública.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa fundamentar conceitos e demonstrar práticas relacionadas à administração pública, abordando desde a história e evolução da máquina pública, até os aspectos legislativos e jurisdicionais dos organismos públicos e sua relação com outros tipos de organização social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Distinguir a administração pública brasileira das demais formas de administração.
- Classificar e compreender os papeis dos Três Poderes.
- Compreender as relações entre as organizações sociais, agências executivas e agências reguladoras.
- Identificar os ganhos da Modernização da máquina pública versus burocracia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PRINCÍPIOS E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ORIGEM E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
A REFORMA DO ESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO
O TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PECULIARIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

UNIDADE II – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS
OS TRÊS PODERES
GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE
AS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIDADE III – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA, LICITAÇÕES E FUNCIONALISMO
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, AGÊNCIAS EXECUTIVAS E REGULADORAS
NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ECONOMIA
FUNCIONALISMO PÚBLICO E AS TERCEIRIZAÇÕES

UNIDADE IV – PROCESSOS, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PROCESSOS E TECNOLOGIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODERNIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA VERSUS BUROCRACIA
OS LIMITES DA POLÍTICA SOBRE A MÁQUINA PÚBLICA
ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, V. de C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília: ENAP, 2002.

BRANCHIER, A.; TESOLIN, J. **Direito e Legislação Aplicada**. Curitiba: IBPEX, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 2010.

FERREIRA, V. C. P.; CARDOSO, A. S. R. C.; CORRÊA, C. J.; FRANÇA, C. F., **Modelos de Gestão**. Rio de Janeiro, FGV Management, 2006.

KANAANE, R. FILHO A. F. e FERREIRA, M. G. **Gestão Pública: Planejamento, Processos e sistemas de Informações e Pessoas**. Atlas, São Paulo, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, D. **Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, **Djalma de Pinho Rebouças**. Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

SÁ, A.L. **Ética profissional**. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERIÓDICOS

SOUTO, M.J. **Desestatização: privatização, concessões e terceirizações**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

TEIXEIRA, J. M. B; RIBEIRO, M.T.F. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos** . Curitiba, Intersaberes, 2017.

4985	**Direito Processual Penal**	**60**

APRESENTAÇÃO

Princípios do direito processual penal. Sistemas de processo penal. Lei processual penal no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Inquérito policial. Formas de instauração do inquérito. Diligências investigativas e identificação criminal. Indiciamento e conclusão do inquérito policial. Ação penal: conceito, espécies e condições. Ação penal pública. Ação penal privada. Peça acusatória. Jurisdição e competência. Regra geral de competência de foro. Conexão e continência processual. Regras para eleição de foro prevalente.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina visa munir estudantes e profissionais do direito e áreas afins, do conhecimento sobre os ritos processuais que envolvem ações penais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender quais são os princípios do processo penal e para que eles servem.
- Identificar os sistemas do processo penal.
- Compreender as formas de instauração do inquérito policial.
- Identificar as diligências investigativas e a identificação criminal.
- Compreender a ação penal pública.
- Assimilar a conexão e a continência processual

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL
PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL
SISTEMAS DE PROCESSO PENAL
LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO
INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

UNIDADE II – INQUÉRITOS POLICIAIS
INQUÉRITO POLICIAL
FORMAS DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO
DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS E IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL
INDICIAMENTO E CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

UNIDADE III – AÇÃO PENAL PÚBLICA E PRIVADA
AÇÃO PENAL: CONCEITO, ESPÉCIES E CONDIÇÕES
AÇÃO PENAL PÚBLICA
AÇÃO PENAL PRIVADA
PEÇA ACUSATÓRIA

UNIDADE IV – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA
REGRA GERAL DE COMPETÊNCIA DE FORO
CONEXÃO E CONTINÊNCIA PROCESSUAL
REGRAS PARA ELEIÇÃO DE FORO PREVALENTE

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**
. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASL. Conselho da Justiça Federal. **Resolução nº 63** de 26 de junho de 2009.
< https://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/5547/RES%20063-2009.pdf?sequence=3> Ac

CAMPOS, W. C. **Curso Completo de Processo Penal**. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.

FERNANDES, A. S. **O papel da vítima no processo criminal**. São Paulo: Malheiros, 1995.

FERNANDES, A. S. **A reação defensiva à imputação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

"image not found or type unknown"
LIMA, R. B de. **Manual de Processo Penal.** Salvador: Ed. JusPodvm, 2019.

LOPER JUNIOR. A. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 2019.

MOREIRA, E. R; CAMARGO, M. L. **Sistemas processuais penais à luz da Constituição**. 2016.
< http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bil

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

NUCCI, G. de S. **Manual de Processo Penal e execução penal.** São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2011.

PETERSON. **O que é indiciamento**? < https://www.youtube.com/watch?v=HoHC2QcpQH4>

PRATES, M. M. **Prescrição administrativa na Lei 9873**, de 23.11.99: entre simplicidade normativa e complexidade interpretativa.
< https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao010/marcelo_prates.htm

PRODIGE PREPARATÓRIO. **Princípio da instranscendência da pena**
". < https://www.youtube.com/watch?v=U0yQbOzSxBY>

SANTOS, M. A. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 1º Vol. 7ª ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1980.

SÃO PAULO. **Portaria nº18** de 25 de novembro de 1998.
< https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/1998/executivo%2520secao%

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 5ª Turma, **RHC 37587/SC**. Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Primeira Turma. **Habeas Corpus 118516**. Relator Min. Luiz Fux – 22/04/2014. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5842495>

PERIÓDICOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Segunda turma. **Agravo regimental na reclamação 23585.** Relator Min. Teori Zavascki 21/06/2016.
< http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11828511>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Súmula vinculante 14**.
<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1230>

TÁVORA, N.; ALENCAR, R. R. **Novo Curso de Direito Processual Penal.** Salvador: Ed. JusPodivm, 15ª, 2020.

TORNAGHI, H. **Compêndio de processo penal.** Rio de Janeiro: José Konfino, 1967.

TOURINHO FILHO, F. da C. **Processo Penal.** São Paulo: Saraiva, 2009.

TUCCI, R. L. **Teoria do direito processual penal.** São Paulo: Editora Rt, 2003.

4996	Políticas de Segurança Pública	60

APRESENTAÇÃO

Noções básicas quanto à Segurança Pública. Segurança Pública e Direitos Humanos. segurança pública na Constituição Federal de 1988. Órgãos de segurança pública. Definições importantes quanto à segurança pública. Retrospectiva histórica do Brasil. Crimes patrimoniais. Homicídios. Tráfico. Milícias. Crimes de ódio contra minorias. Crimes de colarinho branco. Sistema prisional e reincidência. Identificação, análise, aplicação e monitoramento de políticas de segurança pública adequadas. Bons exemplos de políticas de segurança pública. Perspectivas para o futuro das políticas de segurança pública.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina visa preparar o gestor público e os técnicos da área de segurança pública quanto ao planejamento, aplicação e monitoramento de ações práticas e políticas públicas de segurança para a sociedade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar a real importância dos Direitos Humanos e entender em que sentido a segurança pública pode ser considerada um deles.
- Analisar como a desigualdade social é estruturada e seus impactos diretos no que se refere à criminalidade patrimonial.
- Compreender, na prática, como ocorre o procedimento de análise, identificação e planejamento de políticas de segurança pública.
- Compreender, na prática, como ocorre a aplicação e o monitoramento das políticas de segurança pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INTRODUÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA
NOÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA
A SEGURANÇA PÚBLICA E OS DIREITOS HUMANOS
A SEGURANÇA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
DEFINIÇÕES IMPORTANTES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

UNIDADE II – CENÁRIO DO CRIME E DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL
A FORMAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE BRASILEIRA
A DESIGUALDADE SOCIAL ESTRUTURANTE E OS CRIMES PATRIMONIAIS
A QUESTÃO DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL
COMO O NARCOTRÁFICO INFLUENCIA AS QUESTÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PAÍS.

UNIDADE III – O CRIME ORGANIZADO E O SISTEMA CARCERÁRIO
A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS MILÍCIAS
OS CRIMES DE ÓDIO CONTRA MINORIAS
OS CRIMES DE COLARINHO BRANCO
O SISTEMA CARCERÁRIO E A REITERAÇÃO CRIMINOSA

UNIDADE IV – POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E NO MUNDO
PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA
APLICAÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E NO MUNDO
O FUTURO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEEM, Z. **14 Years After Decriminalizing All Drugs, Here's What Portugal Looks Like**. 2015. Disponível em <https://www.mic.com/articles/110344/14-years-after-portugal-decriminalized-all-drugs-here-s-what-s-happening>.

DOMOS?AWSKI, A. **Drug Policy in Portugal**: The Benefits of Decriminalizing Drug Use. Open Society Foundations: Warsaw, 2011.

BACEN. **Crimes financeiros**: Quais situações o Banco Central deve comunicar ao Ministério Público? Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/crimesfinanceiros>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BEATO FILHO, C. C. **Polírticas públicas de segurança e a questão policial**. São Paulo em Perspectiva. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400003&lng=pt&tlng=pt>.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, 4ª ed.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

PERIÓDICOS

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNADES, L.; SILVA, M. R. **O que a droga fez à prisão**. IDP: Lisboa, 2009.

FERNADEZ, M.; GALVÃO, C.; RATTON, J. L.. **O Pacto Penla Vida e a redução de homicídios em Pernambuco**. Recife: Instituto Igarapé. 2011.

4997	Direito Penal	60

APRESENTAÇÃO

Princípios constitucionais penais. Funções do Direito Penal. Teoria da lei penal: norma penal, interpretação da norma penal, analogia, lei penal no tempo e no espaço. Teoria do crime: elementos da tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Concurso de crimes e de pessoas. Causas de exclusão da tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Teoria da pena: fundamentos e fins, espécies de pena, aplicação da pena, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Crimes em espécie. Legislação especial: crimes hediondos, crimes de trânsito, crimes ambientais, lei de drogas, lei do pacote anticrime, crimes de abuso de autoridade, crimes contra a ordem econômica e tributária, crime de lavagem de dinheiro, crimes resultantes de preconceito, crimes do estatuto do idoso.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo preparar estudantes e profissionais do direito a aplicar a legislação e a jurisprudência no campo do direito penal.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Esta disciplina tem por objetivo preparar estudantes e profissionais do direito a aplicar a legislação e a jurisprudência no campo do direito penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS
TEORIA DA LEI PENAL
TEORIA DO CRIME
CAUSAS DE EXCLUSÃO DA TIPICIDADE, DA ILICITUDE E DA CULPABILIDADE

UNIDADE II – AÇÕES PENAIS
ESPÉCIES DE PENA, FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE
SUSPENSÃO E LIVRAMENTO CONDICIONAL DA PENA
AÇÃO PENAL
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

UNIDADE III – CRIMES CONTRA A PESSOA, FAMÍLIA, PATRIMÔNIO E ESTADO
CRIMES CONTRA A PESSOA, A FAMÍLIA E A DIGNIDADE SEXUAL
CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E O RESPEITO AOS MORTOS
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E A PROPRIEDADE IMATERIAL
CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE, A PAZ, A FÉ E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIDADE IV – CRIMES HEDIONDOS, AMBIENTAIS, ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS, DE PRECONCEITO, CONTRA O IDOSO, DE DROGAS E ABUSO DE AUTORIDADE
CRIMES HEDIONDOS, DE TRÂNSITO E AMBIENTAIS
CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA
CRIMES DE PRECONCEITO E CONTRA O ESTATUTO DO IDOSO
LEI DE DROGAS, DO PACOTE ANTICRIME E DE ABUSO DE AUTORIDADE

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDREUCCI, R. A. **Legislação penal especial**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017

ASSUMPÇÃO, V. **Direito Penal:** Parte Geral. Vol. 9. Jus Podvm, 2019.

BABINI, M. OLHO D'ÁGUA, 2009. **Cesare Beccaria**: um iluminista italiano contra a tortura e a pena de morte. Disponível em:<http://200.145.201.15/index.php/Olhodagua/article/view/7>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BINTENCOURT, C. R.; MONTEIRO, L. de O. **Crimes contra a ordem tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BOBBIO, N. **Teoria do ordenamento jurídico**. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

GRECO, R.; CUNHA, R. S. **Abuso de autoridade**: Lei 13.869/2019 comentada artigo por artigo. 2ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.

GUSMÃO, P. D. de. **Introdução ao Estudo do Direito**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal**. Vol. 7. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

LOPES JÚNIOR, A. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional**. 8 ed. V. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MAIA, R. T. **Lavagem de dinheir**o: lavagem de ativos provenientes de crime – anotações às disposições criminais da Lei nº 9.613/1998. São Paulo: Malheiros, 2004.

PERIÓDICOS

MAIA, R. T. **Tutela Penal da Ordem Econômica**: o crime de formação de cartel. São Paulo: Malheiros, 2008.

MARQUES, J. F. **Elementos de direito processual penal**. Vol. I. Campinas: Bookseller, 1997.

MASSON, C. **Direito Penal**: parte especial. Vol.1. 10º ed. São Paulo: Método, 2020.

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal:** Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, A. de; SMANIO, G. P. **Legislação penal especial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MOURA, M. T. R de A. **A Lei n.º 11.464/2007 e a progressão de regime nos crimes hediondos e a eles equiparados**. BOLETIM DO IBCCRIM, v. 15, p. 16-17, 2007.

NORONHA, E. M. **Direito Penal**. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 1984.

NUCCI, G. de S. **Curso de direito penal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

NUCCI, G. de S. **Pacote anticrime comentado**: Lei 13.964/2019. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PEREZ LUÑO; A. H**. Derechos Humanos, estado de dechos y constituicion**. Madrid: Tecnos, 2003.

RAMOS, P. R. B**.?Aspectos penais do Estatuto do Idoso**.**?**Disponível em <http://direitodoidoso.braslink.com/01/artigo022.html>.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. 10. tir. São Paulo: Saraiva, 2011.

REIS, W. Revista Jurídica UNIGRAN, 2019. **Princípio constitucional da presunção de inocência e a prisão em segunda instância**: o STF e a estabilidade jurídica no país. Disponível em: < https://www.unigran.br/dourados/revista_juridica/ed_atual/artigos/artigo12.pdf>. >.

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA
A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO
A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO
A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO
RESUMO
FICHAMENTO
RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA
COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT
TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

4872	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**80**

APRESENTAÇÃO

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

Construir conhecimentos críticos reflexivos no desenvolvimento de atitudes e habilidades na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Revisar construindo as etapas que formam o TCC: artigo científico.
- Capacitar para o desenvolvimento do raciocínio lógico a realização da pesquisa a partir do projeto de pesquisa elaborado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Pesquisa Científica;

Estrutura geral das diversas formas de apresentação da pesquisa;

Estrutura do artigo segundo as normas específicas;

A normalização das Referências e citações.

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

PERIÓDICOS

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Os profissionais que se relacionam diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Civil e Processual Civil, desenvolvendo a ciência jurídica e interação com a sociedade, desenvolverá habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área do Direito Civil, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação civil e processual civil.